

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

**Crises e Conflitos Internacionais.**

**Autor(res)**

Felipe De Almeida Campos  
Emanuelly Sara De Souza Silva  
Andrezza Feitoza Pereira  
Cintia Batista Pereira

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

**Introdução**

As crises e os conflitos internacionais constituem desafios permanentes para a comunidade global, comprometendo a estabilidade política, econômica e social entre as nações. Desde o século XX, as relações internacionais têm passado por profundas transformações decorrentes de guerras, disputas territoriais, crises econômicas, ideológicas e humanitárias, que influenciam diretamente a dinâmica do sistema internacional. Nesse cenário, o Direito Internacional Público assume papel fundamental ao regular as relações entre Estados e organizações internacionais, buscando prevenir, gerir e solucionar controvérsias por meio de normas, tratados e instituições voltadas à promoção da cooperação, da segurança coletiva e da manutenção da paz mundial.

**Objetivo**

O presente estudo tem como objetivo analisar as principais causas e consequências das crises e conflitos internacionais, bem como compreender o papel do Direito Internacional na mediação e resolução pacífica dessas controvérsias. Pretende-se ainda examinar como a atuação de organismos internacionais contribui para a preservação da ordem e da segurança global.

**Material e Métodos**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de método qualitativo e descritivo, utilizando como base fontes bibliográficas, doutrinárias e normativas. Foram consultados tratados internacionais, resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) e obras de referência em Direito Internacional Público. Também foram analisados casos históricos de conflitos contemporâneos, como as guerras no Oriente Médio e as tensões na Europa Oriental, a fim de compreender os mecanismos jurídicos aplicados na tentativa de solução.

**Resultados e Discussão**

Os resultados apontam que as crises internacionais decorrem, em grande parte, de disputas territoriais, ideológicas, econômicas e políticas, agravadas pela falta de consenso entre os Estados. O Direito Internacional busca limitar os efeitos desses conflitos por meio de instrumentos jurídicos como o princípio da autodeterminação dos povos, a proibição do uso da força e o dever de cooperação internacional.

## **IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

Apesar da existência de um arcabouço jurídico robusto, os conflitos persistem devido à fragilidade na aplicação coercitiva das normas internacionais e à soberania estatal, que muitas vezes impede a efetividade das sanções. A atuação de organismos como o Conselho de Segurança da ONU, o Tribunal Penal Internacional e a Corte Internacional de Justiça tem se mostrado essencial, ainda que insuficiente diante da complexidade geopolítica contemporânea.

### **Conclusão**

Conclui-se que as crises e os conflitos internacionais representam desafios constantes à diplomacia e ao Direito Internacional, resultando de fatores políticos, econômicos e territoriais. A busca pela paz exige o fortalecimento das instituições internacionais, como a ONU e a Corte Internacional de Justiça, e a efetiva aplicação dos princípios da legalidade, da boa-fé e da soberania. Assim, somente por meio do respeito às normas jurídicas e ao multilateralismo é possível alcançar estabilidade.

### **Referências**

- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. São Francisco, 1945.
- SHAW, Malcolm N. International Law. 9. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
- BRASIL. Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.